



**O DISCURSO DE ÓDIO NAS MÍDIAS SOCIAIS:
A DIFERENÇA COMO LETRAMENTO MIDIÁTICO E INFORMACIONAL NA
APRENDIZAGEM**

ANDRADE, Marcelo*

PISCHETOLA, Magda**

RESUMO

Considerando o contexto brasileiro, este artigo apresenta uma análise sobre a presença do “discurso do ódio” em uma mídia social. A partir da disputa online entre o deputado federal Jair Bolsonaro e a Revista Nova Escola, examina-se como as redes sociais podem potencializar o discurso de ódio contra identidades socialmente discriminadas em sociedades multiculturais, bem como as diferenças podem e devem ser valorizadas e respeitadas no processo de aprendizagem. Busca ainda demonstrar como a educação para a tolerância pode se apresentar com uma alternativa viável – ética e pedagogicamente – para o desenvolvimento de habilidades de uso de redes sociais na perspectiva do *Letramento Midiático e Informacional* (MIL). Entre as habilidades apontadas na conclusão, destacam-se: (i) buscar informações e construir um senso crítico e compartilhado; (ii) aprender a respeitar e valorizar as diferenças em sociedades plurais e; (iii) articular, numa perspectiva da ética filosófica, as concepções de “mínimos de justiça” e “máximos de felicidade”.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Diferenças. Mídias sociais. Letramento Midiático e Informacional (MIL).

* Licenciado em Filosofia e Doutor em Educação (PUC-Rio / Universitat de València, Espanha). Professor Associado do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Coordena pesquisas sobre currículo, didática e multiculturalismo. E-mail: marcelo-andrade@puc-rio.

** Graduada em Comunicação e Doutora em Educação (Universitá Cattolica de Milano, Itália). Em 2012 participou do programa de Pós-doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Coordena pesquisas mídias em educação. E-mail: magda@puc-rio.

***HATE SPEECH IN SOCIAL MEDIA:
ADDRESSING DIFFERENCE THROUGH MEDIA AND INFORMATION LITERACY FOR
LEARNING***

*ANDRADE, Marcelo**

*PISCHETOLA, Magda***

ABSTRACT

The paper reflects upon the radicalization of hate speech in social media environments. It presents a Brazilian case study of a recent conflict, which arose in social media, and involved the federal congressman Jair Bolsonaro and the educational magazine Nova Escola. It analyzes the social media as a possible space for discrimination and addresses the difference as a valuable source for learning. It focuses on the relevance of Media and Information Literacy (MIL) in this landscape. As a conclusion, the paper discusses MIL in dialogue with education for tolerance. It argues that developing tolerance in social media would require the development of three fundamental skills: (i) the ability to search for sources of information and build a critical sense; (ii) the ability to respect and value the differences among human beings in multicultural societies; (iii) the ability to accept and articulate, in an ethical perspective, the concepts of “minimum of justice” and “maximum of happiness”.

Keywords: *Hate speech. Differences. Social media. Media and Information Literacy (MIL).*

* BA in Philosophy, PhD in Education (PUC-Rio / Universitat de València, Espanha). Associate Professor at the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departament of Education, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. He coordinates research on curriculum, didactics and multiculturalism. E-mail: marcelo-andrade@puc-rio.

** BA in Communication studies, PhD in Education (Università Cattolica, Milan, Italy). Post-doctorate fellow in 2012 (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brazil). Assistant Professor at the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departament of Education, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. She coordinates research on media and education. E-mail: magda@puc-rio.br.

1 MÍDIAS SOCIAIS, “DISCURSO DO ÓDIO” E CONHECIMENTOS

As mídias digitais e a internet trouxeram mudanças substanciais em todas as esferas da vida humana, inclusive a escola e sua produção curricular. Hoje temos a possibilidade de não sermos apenas consumidores, mas também produtores de informações e de conteúdos, com a possibilidade de alcançar um público mais amplo, o que inclui as práticas curriculares na educação formal. Segundo Gee (2009), as mídias sociais transformaram a natureza dos grupos e as relações de poder, permitindo que os indivíduos se associem e se organizem espontaneamente a partir de interesses comuns, num sistema de flexibilidade estrutural e mediante fluxos de comunicação rápida e constante, fazendo delas não apenas meios, mas, sobretudo, espaços de produção de conhecimento.

Nesse cenário, é necessário rever o significado do conceito de “letramento”, para que possamos incluir outros registros e habilidades, além da leitura e da escrita de textos, tais como: (i) seleção, interpretação e elaboração de conteúdos em diferentes formatos e linguagens; (ii) reconhecimento das fontes de informação; (iii) discernimento e análise crítica; (iv) habilidades de expressão e comunicação; (v) práticas de colaboração nos diferentes espaços de interação. Tais habilidades são fundamentais para considerarmos hoje as práticas curriculares. Assim, da ênfase nas habilidades informáticas e técnicas passa-se, então, para a valorização do lugar do indivíduo e suas potencialidades expressivas, pressupondo também a necessidade de incentivar aspectos reflexivos sobre as práticas sociais de leitura e escrita, a partir das relações sociais que o conhecimento ocupa em seus diferentes contextos.

Nesta perspectiva e tendo em vista a inclusão social, o *Letramento Midiático e Informacional* (MIL) passa a ser interpretado também como a capacidade de participar dos processos democráticos de construção e sistematização de conhecimento, especialmente na escola, mediante a apropriação dos canais de comunicação que a web disponibiliza (CARPENTIER, 2012; WARSCHAUER, 2003).

No entanto, pesquisas da última década evidenciam que as mídias sociais podem se tornar também um ambiente para a expressão do ódio, constituindo uma formulação do espaço público capaz de replicar e radicalizar os conflitos da realidade social (DANIELS, 2008; DUFFY, 2003; GERSTENFELD et al., 2003). O suposto anonimato, a ausência de um interlocutor presencial e o isolamento no momento de construir raciocínios argumentativos

podem estar entre algumas características deste fenômeno: o discurso de ódio nas mídias sociais. Tal fenômeno perpassa e inclui o ambiente escolar de maneira crescente e preocupante, o que nos impulsiona a entendê-lo de maneira mais cautelosa.

Mas, como identificar um discurso de ódio? Conceituar o ódio não é tarefa fácil. Por um lado, ele aparece como um sentimento de raiva ou como expressão da violência. Por outro lado, é entendido, numa perspectiva simplista, como o contrário do amor ou como uma incapacidade de amar. Nessa perspectiva, seria apenas uma ausência, ou seja, o ódio como a falta de bons sentimentos. O ódio seria, então, gerado por falta de oportunidades de experimentar o bem ou de ser educado num ambiente amoroso.

Segundo o Dicionário da Academia Brasileira de Letras, o ódio é definido como “um sentimento de raiva ou rancor contra alguém ou alguma coisa”. Também é descrito como “aversão, repugnância e antipatia”. No entanto, não se trata apenas de uma emoção passageira ou momentânea. Não deveria ser confundido como uma irritação qualquer. O ódio seria “um sentimento intenso, profundo e duradouro”.

Para além da identificação do ódio como um sentimento, Glucksmann (2007, p. 11) defende que “o ódio existe”, que é uma experiência concreta e que “todos nós já nos deparamos com ele, tanto na escala microscópica dos indivíduos como no cerne de coletividades gigantescas”. Nesse sentido, o ódio é mais que um sentimento, ainda que intenso, profundo e duradouro. Ele se mantém e se perpetua como discurso, o que Glucksmann (2007, p. 12) chama de “discurso do ódio”:

Com seus ornamentos tradicionais – raiva, cólera, bestialidade, ferocidade – dos quais ele exhibe um arsenal completo, o ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de algum complô universal. Esgotado, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso. Odeio, logo existo (GLUSCKSMANN, 2007, p. 12).

Para Glucksmann (2007, p. 15), o ódio não é um fenômeno irracional, restrito ao campo dos sentimentos obscuros, mas sim um “discurso”, ou seja, mesmo que não resista a contra-argumentos ou que não apresente razões suficientes para sua própria manutenção, o ódio é uma expressão articulada, intencional e preparada por meio de uma linguagem verbal, tal como veremos na análise da disputa online em uma mídia social brasileira e, não menos presente, na cotidianidade de nossas escolas, todavia mais em tempos de fortes pressões conservadoras, como vemos no discurso do Movimento Escola Sem Partido.

O discurso do ódio seria, segundo a compreensão assumida em nossa análise, *irracional* (sem razões éticas suficientes que o sustente), mas *racional* (com discurso e argumento fortemente articulados). Assim, o ódio é um fenômeno que precisa ser admitido e desmontado em sua fragilidade ética. Em geral, ele é, do ponto de vista argumentativo, frágil, mas não se deve menosprezar sua capacidade de destruição das relações sociais, de deturpação dos conhecimentos sistematizados e rigorosos. Assim, o discurso do ódio – em especial, aquele que é potencializado pelas mídias sociais – deve se tornar uma pauta urgente e necessária, nas pesquisas e nas práticas curriculares.

Examinando casos contemporâneos de discurso do ódio – misoginia, racismo, homofobia, fundamentalismo e antissemitismo – Glucksmann (2007, p. 265-270) apresenta sete conclusões sobre o ódio como discurso: (i) *o ódio existe*, não é simples ausência do bem ou do amor; (ii) *o ódio se camufla*, reveste-se de falsos alibis que o justifiquem; (iii) *o ódio é insaciável*, desencadeia uma onda argumentativa sem trégua e não admite o diálogo com os diferentes; (iv) *o ódio promete um paraíso maldito*, apresenta-se como um mal necessário para a obtenção de uma situação melhor do que a atual; (v) *o ódio deseja ser um deus criador*, tem crescido no rastro de discursos religiosos moralistas e no ceticismo da modernidade; (vi) *o ódio ama a morte*, quer a eliminação daqueles que não partilham o princípio assumido como o único código moral correto e aceitável; (vii) *o ódio se nutre de sua devoração*, é um discurso ensimesmado, que repete sua lógica interna à exaustão, sem diálogos ou empatias com aqueles que pensam diferente.

Destaca-se na literatura especializada (GLUCKSMANN, 2007; DANIELS, 2008) a intencionalidade de grupos em fomentar o discurso do ódio através de diferentes meios online, selecionados e escolhidos conforme seus objetivos políticos. Segundo Daniels (2008), as mídias sociais têm se tornado um lugar privilegiado para a expansão dos extremismos e dos discursos odiosos, principalmente por um suposto anonimato para aqueles que imaginam proteger sua verdadeira identidade atrás de perfis falsos ou da volatilidade das redes digitais que, em geral, permitem que o registro seja eventualmente apagado. Além disso, apesar de se tratar de meios públicos, as mídias sociais mantêm algumas formas de comunicação em registro potencialmente semiprivado.

A partir dessas considerações iniciais sobre as implicações das habilidades do Letramento Midiático e Informacional e do discurso de ódio para o campo dos estudos curriculares, entendemos que a regulação do discurso do ódio em mídias sociais é um tema

fronteiriço entre a liberdade de expressão, que não admitiria censura prévia, e o respeito às identidades e opiniões das minorias, previsto nos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos (NEMES, 2002). Assim, encontramos um dilema ético entre o direito à liberdade de expressão e o respeito às diferentes identidades que dignamente nos constitui como seres humanos, temas demandantes para os estudos sobre produção e sistematização dos conhecimentos socialmente valorizados na escola. A questão talvez seja sobre quando e como intervir para garantir um ou outro direito. Sabemos que a liberdade de expressão não é um direito ilimitado e que o sentimento de ofensa pode ser sempre objetivado. No caso aqui analisado, veremos algumas dimensões entre essas fronteiras, bem como suas possíveis transversalidades com o campo curricular.

2 UMA DISPUTA ONLINE: BOLSONARO *VERSUS* NOVA ESCOLA

“Nenhuma fala é totalmente livre. Desigualdades de poder institucionalizadas através de economias, dos papéis de gênero, da classe social e dos meios de comunicação de propriedade da empresa garantem que nem todas as vozes tenham o mesmo peso” (BOLER, 2004, p. 3). A afirmação de Boler (2004) fica mais significativa no caso em que uma figura pública, como um político de expressão nacional, declare suas opiniões online, nas mídias sociais, principalmente se tal figura pública tem espaço e projeção nos demais meios de comunicação social. Este é o caso da disputa midiática que ocorreu no Brasil em janeiro de 2016, entre o Deputado Federal Jair Bolsonaro e a Revista Nova Escola. Antes de tratar do caso em questão, apresentamos um breve perfil do deputado.

Jair Bolsonaro é um militar aposentado, que cumpre, atualmente, seu sexto mandato como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Em 27 anos de vida pública, Bolsonaro já passou por seis diferentes partidos (PDC, PFL, PTB, PPB, PPR e PP) que, em sua maioria, podem ser identificados como de extrema direita no cenário político brasileiro.

Bolsonaro tem sido uma das principais vozes do conservadorismo no Brasil. Seus argumentos são, em geral, simplistas, o que o leva a se envolver em frequentes processos judiciais, movidos por organizações de defesa dos direitos humanos. Vejamos algumas polêmicas nas quais o deputado está envolvido e que podem ser facilmente identificadas como discurso do ódio, segundo a conceituação de Glucksmann (2007, p. 12):

- Em entrevista à revista Veja (dezembro/1998), o parlamentar afirmou que a ditadura de Pinochet no Chile “*devia ter matado mais gente*”;
- Questionado no programa televisivo CQC (março/2011), sobre o que faria se um filho se envolvesse com drogas, Bolsonaro respondeu que “*daria uma porrada nele, pode ter certeza disso*”;
- Em entrevista à revista IstoÉ (abril/2011), Bolsonaro defendeu a tortura, justificando que ela tem “*o objetivo de fazer o cara ser arrebitado até abrir a boca*”;
- Afirmou ao portal Terra (junho/2011): “*prefiro um filho morto do que um filho homossexual*”;
- “*Sou preconceituoso com muito orgulho*” foi o destaque da entrevista à revista Época (julho/2011);
- “*Não discuto promiscuidade*” foi a resposta noticiada no portal G1 (agosto/2013) sobre o que faria se um filho seu se casasse com uma mulher negra;
- “*Sou contra as cotas raciais, pois as minorias não devem ser protegidas*”, afirmou em entrevista ao Programa do Ratinho (maio/2014);
- “*Não lhe estupraria porque a senhora não merece*”, foi a resposta à Maria do Rosário Nunes, Deputada Federal e Ministra dos Direitos Humanos do Governo Dilma Rousseff (dezembro/2014).

Como se pode identificar, Bolsonaro não se esquivava em dar declarações ofensivas e desaprovadas pelo “politicamente correto”. Talvez, aí esteja parte do fascínio que exerce sobre a mídia e seu eleitorado: ele fala o que muitos pensam, mas não teriam coragem de assumir publicamente. Vale lembrar que Bolsonaro é um político de muita visibilidade. Em 2014, foi o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro (464 mil votos; 6% do eleitorado) e seu filho, Flávio Bolsonaro, obteve 15% dos votos para prefeito do Rio de Janeiro no primeiro turno das eleições municipais de 2016. Essa mistura de conservadorismo assumido e alta popularidade nas mídias e nas urnas levou o Jornal El País (outubro/2014) a considerá-lo como um “inquietante fenômeno da política brasileira”ⁱ e o site australiano News (maio/2016) como “o político mais repulsivo do mundo em atuação”ⁱⁱ, na frente, inclusive, de Donald Trump, o polêmico republicano recentemente eleito à Presidência dos Estados Unidos.

Em suma, as principais bandeiras de Bolsonaro têm sido: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo; oposição à adoção de crianças por casais do mesmo sexo; oposição às iniciativas que buscam discutir questões de gênero e sexualidade nas escolas públicas, tal como veremos no caso analisado. Seu discurso, invariavelmente, defende a “família tradicional” e a moral cristã. Inquestionavelmente, Bolsonaro é um fenômeno midiático, popular e ultraconservador no Brasil, aliando-se a outros parecidos em outros lugares do mundo, tal como Donald Trump (Estados Unidos) e Marine Le Pen (França).

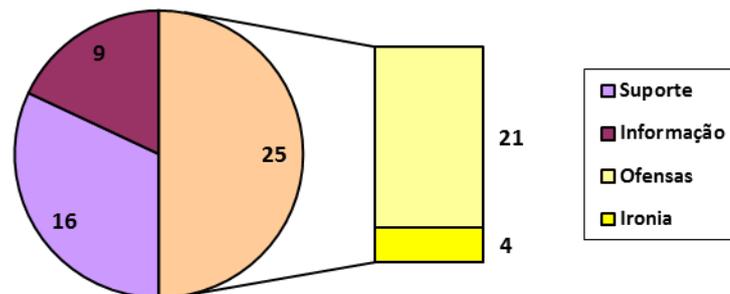
No dia 10 de janeiro de 2016, o deputado iniciou mais uma polêmica envolvendo o “discurso do ódio”: publicou em sua página de Facebook um vídeo com acusações ao Ministério da Educação (MEC) do Governo de Dilma Rousseff com respeito à divulgação de livros e cadernos sobre educação sexual nas escolas públicas. Nesse vídeo, ataca também a Revista Nova Escolaⁱⁱⁱ pela escolha de uma capa (fevereiro/2015), onde aparece um menino de 5 anos vestido com roupa de princesa, sob o título “Vamos falar sobre ele?”. Os materiais criticados fazem parte, segundo a opinião do deputado, de uma estratégia política do Partido dos Trabalhadores (PT), resumida em quatro pontos: (i) o PT teria a intenção de não reconhecer a pedofilia como crime; (ii) o Programa Bolsa Família^{iv} seria considerado mais importante do que a dignidade das crianças; (iii) a política do PT estaria piorando a educação pública; (iv) as escolas públicas estariam sendo transformadas em “comitês políticos” do partido.

O vídeo foi visualizado mais de 7 milhões de vezes em uma semana, compartilhado na rede social mais de 250 mil vezes, comentado e curtido por milhares de pessoas. Em uma tentativa de análise de discurso e diante da impossibilidade de analisar todos os comentários e todos os compartilhamentos, apresentamos um recorte dos 50 comentários que receberam maior número de respostas e “curtidas” nos primeiros dias após sua postagem. Nosso intuito é verificar a presença de um discurso do ódio que se amplifica pelas redes sociais a partir de uma iniciativa deliberada deste “inquietante fenômeno da política brasileira” (El País, 2014) e “o político mais repulsivo do mundo em atuação” (News, 2016).

Os resultados encontrados nesta análise foram os seguintes:

- quase a metade dos comentários analisados (21) utilizam-se de tons agressivos, raivosos e, muitas vezes, ofensivos, principalmente contra grupos de esquerda, feministas e LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgêneros);

- alguns comentários (4) adotam um tom irônico e provocativo contra os participantes do debate que não concordavam com a mensagem do deputado, o que nos fez relacionar esses 4 comentários aos primeiros 21;
- uma parte consistente de comentários (16) expressa seu apoio ao deputado, com palavras geralmente patrióticas e mensagens emotivas, com frases muito recorrentes entre os grupos mais conservadores na política brasileira;
- por último, uma minoria de participantes (9) faz contribuições mais qualificadas ao debate, pedindo esclarecimentos sobre os dados oferecidos pelo deputado e suas fontes e/ou postando materiais que integram ou contradizem as informações fornecidas na postagem de Bolsonaro.



Análise dos comentários ao vídeo de Bolsonaro

Só os últimos comentários analisados – apresentados no Gráfico como “Informação” – mostraram um tom mais respeitoso das diferentes perspectivas, não desvendando outras intenções, além de conhecer mais sobre o tema em debate.

Na perspectiva de Glusksmann (2007, p. 266), a explicitação do discurso do ódio não é algo neutro ou sem direção, muito pelo contrário, “ele escolhe cuidadosamente tudo aquilo que adora e que abomina, a fim de detestar ainda mais e encontra meios de odiar sem trégua e sem fim”. Esse alvo pode ser a mulher, o negro, o homossexual, o judeu, o estrangeiro, ou seja, aquele que, numa lógica padronizadora, é visto como diferente ou desviante ou imoral ou demoníaco. Assim, na análise dos dados, percebe-se que o alvo de Bolsonaro é a divergência de opinião sobre questões de gênero na escola, atacando qualquer defesa de identidades de gênero e/ou sexualidades que não esteja na moral dominante. A população LGBT aparece, frontalmente, atacada. Em geral, de cunho moralista, esse padrão de ataque se repete nos comentários favoráveis ao posicionamento do deputado.

Cinco dias depois da postagem de Bolsonaro, a Revista Nova Escola lançou um vídeo, sob o título “Checagem de Informações”, em resposta às acusações que lhe foram feitas, apontando os equívocos cometidos pelo deputado.

Em primeiro lugar, vale a descrição do vídeo do deputado. Bolsonaro faz referência ao caderno “Escola sem Homofobia”^v, o deprecia com o nome de “kit gay” e o desqualifica como material não apto para circular nas escolas. Em seguida, em tom alarmista, critica outro material sobre educação sexual, o livro “Aparelho Sexual e Cia.”, que segundo ele estaria sendo distribuído nas escolas brasileiras, pelo MEC, para crianças de 6 anos de idade, tendo como resultado “estimular precocemente as crianças a se interessarem por sexo” e “abrir a porta para a pedofilia”. Bolsonaro ainda comenta algumas partes específicas do livro, diz-se surpreendido em encontrar informações relacionadas com homossexualidade, pois afirma que “isso não é normal”. O deputado apresenta a Revista Nova Escola como um livro adquirido e distribuído pelo MEC para as escolas públicas brasileiras e, por fim, critica a capa e acusa o Governo de Dilma Rousseff de “perverter as crianças”.

O vídeo da Revista Nova Escola, em resposta a Bolsonaro, refuta, ponto a ponto, cada afirmação do deputado. Utilizando pausas no vídeo original como recurso visual, a Revista desmente os equívocos e indica as fontes que poderiam desmontar o discurso do ódio contra a população LGBT e o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Consideramos este vídeo um refinado exercício de Letramento Midiático e Informacional (MIL) *versus* um conjunto de opiniões raivosas e sem embasamento apresentadas no vídeo original.

Em primeiro lugar, a Revista disponibiliza o link para o material “Escola sem Homofobia”, citando comentários positivos por parte de especialistas no tema, o que demonstra a estratégia de construir conhecimentos de maneira rigorosa e fundamentada. Em seguida, menciona nota oficial em que o MEC esclarece que a obra não integra programas de distribuição de materiais didáticos para escolas públicas^{vi}. Corrige também o deputado sobre a idade das crianças destinatárias do material (maiores de 11 anos e não menores de 6). Lembra que a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças em 1990 e que, portanto, “isso” é reconhecido publicamente e cientificamente como “normal”, ou seja, uma variação da sexualidade humana e não um distúrbio. Por fim, mostra que o deputado confunde a Revista Nova Escola com um livro didático. Em resposta a essa última acusação, o vídeo esclarece: “Nova Escola não é para alunos. É a maior publicação para professores no Brasil. Nova Escola não tem nenhum exemplar comprado pelo Governo

Federal. A capa citada foi eleita a melhor de 2015 pela Associação Nacional dos Editores de Revistas^{vii}».

É evidente que o que impulsionou a criação do vídeo de resposta a Bolsonaro foi o interesse da Revista Nova Escola, editada pelo Grupo Abril e pela Fundação Civita, em se resguardar de difamações frente ao seu público: os milhares de professores da educação básica que são compradores e leitores da Nova Escola. Porém, o que chama atenção é o fato que a iniciativa representa uma possibilidade de lição de MIL: todos os equívocos são corrigidos detalhadamente; procura-se mencionar as fontes das informações; em que pese a defesa de um ponto de vista oposto, mantém-se um tom de respeito para o deputado e seus seguidores. Segundo nossa análise, podemos afirmar que o vídeo não buscou gerar polêmicas, mas esclarecer informações ocultadas – proposital ou equivocadamente – no vídeo original e, o mais importante, sem resquícios de um discurso do ódio.

Cumpramos registrar que o vídeo da Revista Nova Escola foi visualizado por mais de 4,5 milhões de usuários. Na página da revista, submersa de comentários, aparece uma lista de regras de regulação do debate online. A primeira entre elas, curtida por 5 mil pessoas em poucos minutos, é a seguinte: “os comentários ofensivos serão apagados”. Aqui volta o dilema entre liberdade de expressão e ofensas às minorias. A Revista é clara ao assumir um posicionamento contra comentários que violem a dignidade das pessoas e das instituições. No entanto, chamou-nos a atenção o seguinte comentário de uma leitora da revista: “você pode apresentar milhares de fontes contestando esse cara [Bolsonaro], os alienados que votam nele preferem ficar excitados com discurso de ódio ignorante”. Seria, então, o discurso de ódio insuperável? Nossa aposta é que, ainda que difícil, cabe a tarefa de enfrentá-lo, tal como proporemos com a articulação entre a MIL e a educação para tolerância. Essa temática parece-nos fundamental para a construção de currículos escolares, por um lado, mais abertos e flexíveis, e, por outro, mais fundamentados na busca e na sistematização de conhecimentos consolidados. É nesse sentido que apostamos na articulação entre MIL e a educação para a tolerância.

3 EDUCAR NOVAS GERAÇÕES: MIL E TOLERÂNCIA

Segundo Soares (2002), o *letramento* consiste num processo que se estende pela vida inteira e que exige um exercício de adaptação constante ao contexto sociocultural e às novas linguagens. Essas práticas vão se transformando com as mudanças do mundo, e são, portanto, consideradas sempre como “novas”. Com efeito, um letramento inovador – tal como entendemos a MIL – é aquele que não se limita a transferir para uma nova tecnologia as mesmas atitudes, mas que impulsiona novas práticas, condutas, valores e formas de pensar. (LANKSHEAR; KNOBEL, 2007).

Entendemos que, no mundo online, convergem práticas sociais distintas: informação e entretenimento; trabalho e lazer; local e global; público e privado; discurso do ódio e discurso respeitoso das diferentes posições. Nessa convergência, faz-se necessário e urgente formar jovens capazes de ler criticamente as mensagens encontradas nas mídias sociais, não somente as que são apresentadas em texto escrito, mas também em audiovisual, imagem, música, animação ou hipertexto. As novas gerações demandam o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, exercendo habilidades de produção criativa, mas sempre com respeito à opinião dos demais (DANIELS, 2008; JENKINS, 2009). Formar jovens capazes de ouvir e ler sem cair na rede do discurso de ódio, apesar das provocações, é parte integrante do MIL. Assim, ponderamos que a tolerância é um valor necessário, no âmbito do letramento em sociedades plurais e midiáticas, a fim de se enfrentar o discurso de ódio. Tais tarefas e desafios, segundo nossa análise e perspectiva, também devem ser enfrentados pelas produções curriculares em ambientes escolares.

A disputa online entre o deputado e a Revista Nova Escola nos revela a importância da tolerância, não só pelo discurso de ódio vinculado no primeiro vídeo, mas, sobretudo, pelos comentários analisados. “Quando se fala de tolerância é, na verdade, da intolerância que se trata” (AUGRAS, 1997, p. 78). Assim, nossa análise a partir do conceito de tolerância em mídias sociais nasce da intolerância encontrada no discurso dos sujeitos, diretos e indiretos, do caso pesquisado. Concluímos, assim, apresentando três habilidades que a MIL deve reforçar na perspectiva da tolerância.

Em primeiro lugar, ponderamos que *buscar informações e construir um senso crítico* é uma habilidade necessária contra as armadilhas do discurso de ódio. Preocupa-nos que a maioria dos usuários da mídia social analisada não tenha verificado os dados veiculados, dando seu apoio incondicional e irrefletido ao discurso agressivo de Bolsonaro. Deve-se reconhecer que, em sociedades multiculturais e marcadas pelas discriminações de vários tipos (racismo, sexismo, xenofobia, homofobia), tal como a sociedade brasileira, a busca de fontes confiáveis é o primeiro passo para a construção de argumentos válidos e que possam ser socialmente disputados e questionados de maneira honesta.

Em segundo lugar, consideramos que *aprender a respeitar e a valorizar as diferenças* é também uma habilidade fundamental contra o discurso do ódio nas mídias sociais. Consideramos a diferença como um valor legítimo para as sociedades multiculturais, tanto a de opinião quanto a das diferentes identidades que dignamente nos constituem como seres humanos. A articulação entre MIL e educação para tolerância parte do pressuposto de que o discurso do ódio baseia-se na negação do outro, na eliminação da diferença, na tentativa de homogeneização de códigos de condutas, como se só existisse uma moral aceitável. A saída apontada seria a tensão entre o valor da diferença e o princípio da igualdade. Segundo Santos (2003, p. 56), “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. Mais do que nunca vivemos num contexto marcado pela efervescência das questões trazidas pela diferença, que são fortemente potencializadas pelas mídias sociais. Diferenças – gênero, sexualidade, raça, religião, origens, pertencimentos, geração e capacidades – que ficam ocultadas, disfarçadas, pela força do discurso da padronização.

Em terceiro lugar, apontamos que *articular justiça como mínimo e a felicidade como um máximo* é também uma habilidade a ser desenvolvida. Nesse sentido, no entendimento da MIL como educação para a tolerância, será preciso distinguir entre o que é justo e o que é bom.

As éticas de justiça ou éticas de mínimos ocupam-se unicamente da dimensão universalizável do fenômeno moral, isto é, daqueles deveres de justiça exigíveis de qualquer ser racional, e que, efetivamente, só são constituídos de exigências mínimas. Ao contrário, as éticas de felicidade pretendem oferecer ideais de uma vida digna e boa, ideais que se apresentam hierarquicamente e englobam o conjunto de bens que os homens usufruem como fonte de maior felicidade possível. São, pois, éticas de máximas, que aconselham a seguir o modelo e convidam-nos a tomá-los como norma de

conduta, mas não podem exigir ser seguidos, visto que a felicidade é tema de aconselhamento e convite, e não de exigência (CORTINA, 1999, p. 62).

A igualdade seria, nessa abordagem, um ideal de “mínimo de justiça” a ser compartilhado por todos os concidadãos; e as diferenças identitárias, por sua vez, ideais de “máximos de felicidade”, que atendem a cada um ou a cada grupo em particular. Por exemplo, a moral cristã na qual supostamente se baseia o discurso de Bolsonaro seria um ideal de felicidade, para alguns, mas não para todos e todas. Assim, ele pode estar presente em sociedades plurais, mas não pode desprezar os mínimos que alicerçam outras possíveis morais. Se quisermos garantir a pluralidade, um determinado ideal de felicidade não pode ser imposto como uma regra única a todos e todas.

No caso analisado, a saudável tensão entre mínimos e máximos teria sido verificada se os usuários não se fechassem em concepções particulares, mas fixassem, de algum modo, uma fronteira entre o que consideram bom para si próprios (máximos de felicidade) e o que consideram justo para todos os concidadãos (mínimos de justiça). Por exemplo, um dos comentários analisados defendeu que a educação sexual das crianças deve ser realizada na família, segundo padrões morais próprios (máximos de felicidade). No entanto, nenhum comentário indicou que, para além dos princípios familiares ou grupais, a educação deve tratar das questões de gênero e de sexualidade, tendo em vista a necessidade de se construir uma sociedade na qual todos e todas possam livremente expressar suas identidades de gênero e sexualidade (mínimos de justiça).

Cortina (1996, p. 57) defende esta habilidade de “fixar um mínimo de valores partilhados, a fim de que as decisões sejam respeitadas da pluralidade” como tarefa da educação para tolerância. Em suma, o justo é exigível e como tal se torna obrigação moral para qualquer cidadão. O bom é aquilo que causa a felicidade, mas não pode ser exigido dos outros, pois se trata fundamentalmente de uma realização subjetiva. Como sabemos, o que é bom para um pode não ser bom para outro. O bom, nesse sentido, está no campo das possibilidades (máximos de felicidade) e nunca das exigências (mínimos de justiça).

A partir dessas três habilidades, valeria se perguntar por que a tolerância como valor e atitude de uma agenda mínima para o letramento em mídias sociais? E por que o letramento em mídias digitais deve ser um ponto de pesquisa nos estudos curriculares? A essas questões respondemos: porque a intolerância e o discurso do ódio tornaram-se práticas comuns diante

da diferença, tal como mostramos na análise dos dados apresentados e como, infelizmente, também encontramos nos contextos escolares.

A tolerância surge, então, como resposta contra a intolerância e contra o discurso do ódio à diferença. Sendo assim, é fundamental que ao tratarmos de tolerância, pensemos na natureza, nas causas e nas consequências da intolerância e do discurso do ódio. Menezes (1997, p. 45) afirma que a “a intolerância não rejeita só as opiniões alheias, mas também sua existência, ou ao menos o que faz o que valha a pena viver: a dignidade e a liberdade da pessoa”. A intolerância e o discurso do ódio contra os diferentes têm imposto uma quantidade de desqualificações que sustentam o estigma, um suposto sinal vergonhoso e socialmente rejeitado, tal como Bolsonaro e seus seguidores tentam impingir à comunidade LGBT e aos defensores da abordagem das questões de gênero no contexto escolar.

Tal como percebemos nos comentários analisados, Eco (2001, p. 114) chama a atenção para a intolerância sem nenhuma razão explícita ou doutrina que a sustente:

A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes ideológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emotivas muitas vezes superficiais – não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, ou porque se fazem tatuar... (ECO, 2001, p.114)

Para Eco (2001, p. 116), os estudiosos ocupam-se com frequência das doutrinas da diferença, mas não o suficiente da intolerância e do discurso do ódio, pois estes fogem de qualquer possibilidade de discussão e de críticas, pois não estão num nível racional (das razões moralmente suficientes), nem no nível racional (de argumentos bem articulados), mas no nível visceral. A intolerância é, em geral, raivosa, descontrolada, inexplicável e impulsiva, mas, como defende Glucksmann (2007), trata-se também de um discurso intencional e articulado.

Enfim, consideramos que a educação para tolerância nas mídias digitais não é pouco, é sim o fundamental. E talvez seja ainda mais necessária e produtiva do que se imagina, pois busca intervir em nossas ações, em nossas atitudes (como ética de justiça, moralmente exigível) e também em nossos sentimentos e intenções (como ética de felicidade, moralmente aconselhável). Dessa forma, o MIL apela para a compreensão da existência de múltiplas perspectivas, no que diz respeito à web como espaço comum, regido pela aceitação de um



“mínimo ético” de princípios que deveriam ser compartilhados por todos que querem manter e defender as sociedades plurais e uma proposta educacional aberta às diferenças.



REFERÊNCIAS

AUGRAS, Monique. **Tolerância**: os paradoxos. In: TEIXEIRA, Faustino. (Org.) O diálogo inter-religioso como afirmação da vida. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 77-91.

BOLER, Megan. All Speech is Not Free: The Ethics of “Affirmative Action Pedagogy”. **Counterpoints**, Vol. 240, Democratic Dialogue in Education: TROUBLING Speech, DISTURBING Silence, p. 3-13, 2004.

CARPENTIER, Nico. The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Vol. 14, No. 2, p. 164-177, 2012.

CORTINA, Adela. **Ética civil e religião**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DANIELS, Jessie. Race, Civil Rights, and Hate Speech in the Digital Era. In: Everett., Anna. **Learning Race and Ethnicity: Youth and Digital Media**. Edited by MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008, p. 129–154.

DUFFY, Margaret E. Web of Hate: a Fantasy Theme Analysis of the Rhetorical Vision of Hate Groups Online. **Journal of Communication Inquiry**, Vol. 27 No. 3, p. 291-312, July 2003.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GEE, James Paul. **A Situated Sociocultural Approach to Literacy and Technology**, 2009. Available at: <<http://www.jamespaulgee.com/node/6>>. Acesso em: 10 jan. 2016

GERSTENFELD, Phyllis B.; GRANT, Diana R.; CHIANG, Chau-Pu. Hate Online: A Content Analysis of Extremist Internet Sites. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, Vol. 3, Issue 1, p. 29–44, December 2003.

GLUCKSMANN, Andre. **O discurso do ódio**. Rio de Janeiro: Difel, 2007

JENKINS, Henry. **Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century**. Chicago: The MacArthur Foundation, 2009.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (Eds.). **A new literacies sampler**. New York: Peter Lang, 2007.

MENEZES, Paulo. **Tolerância e religiões**. In: TEIXEIRA, Faustino. (org.) O diálogo inter-religioso como afirmação da vida. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 39-54.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEMES, Irene. Regulating Hate Speech in Cyberspace: Issues of Desirability and Efficacy. **Information & Communications Technology Law**. Vol. 11, Issue 3, pp. 193-220, 2002.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas. Vol. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide**. Cambridge: MIT, 2003.

Artigo recebido em 12/10/2016.

Aceito para publicação em 13/12/2016.

ⁱ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467156168_928161.html

ⁱⁱ Disponível em: <http://www.news.com.au/lifestyle/real-life/wtf/is-this-the-worlds-most-repulsive-politician/news-story/926a4a59cf6132f770dfdbd46f610e97>

ⁱⁱⁱ Revista mensal, destinada a professores da educação básica, mantida pelo grupo empresarial Abril Editora que publica matérias sobre inovação pedagógica e desafios do cotidiano escolar. Veja: <http://revistaescola.abril.com.br/>

^{iv} Programa de transferência de renda, levado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Veja: mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia

^v Disponível ao endereço URL: <http://revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Último acesso em Janeiro de 2016.

^{vi} Disponível ao endereço URL: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/01/mec-nao-distribuiu-nas-escolas-livro-de-educacao-sexual-citado-em-video-na-internet>. Último acesso em Janeiro de 2016.

^{vii} Nova Escola providencia o atalho para essa informação, ao endereço URL: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/educacao-sexual-precisamos-falar-romeo-834861.shtml>. Último acesso em Janeiro de 2016.